

Ata n.º 1/2013
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 23 de janeiro de 2013, pelas 15h15, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Doc.1).

Estiveram presentes os Professores Doutores: Marcelo Rebelo de Sousa, Miguel Teixeira de Sousa, Paulo Otero, Eduardo Paz Ferreira, Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, que presidiu, Luís de Lima Pinheiro, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Maria Luísa Duarte, Jorge Duarte Pinheiro, Jorge Reis Novais, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Sílvia Alves, que secretariou, e Rute Saraiva.

Justificaram a sua ausência os Professores Doutores Fausto de Quadros, Dário Moura Vicente, Luís Morais e Isabel Banond.

Participaram também na reunião, sem direito de voto, os Professores Doutores Ana Paula Dourado e José Renato Gonçalves.

Antes da ordem do dia

O Presidente, depois de formular votos de um bom ano, informou o Conselho da publicação dos editais relativos aos concursos para Professor Catedrático e para Professor Associado, de acordo com a deliberação aprovada e os ajustamentos sugeridos pela Reitoria.

A Professora Maria Luísa Duarte informou o Conselho do convite que lhe foi endereçado para integrar o júri das provas de agregação do Professor Jónatas Machado, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Deu depois notícia da última reunião do Conselho Geral da Universidade de Lisboa e do facto de ter passado a integrar a nova Assembleia Estatutária. Alertou para os vários aspetos que requerem a atenção da Faculdade, em particular o da sua representatividade, em condições de igualdade e de equidade, e manifestou a sua disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos necessários.

O Professor Miguel Teixeira de Sousa chamou também a atenção do Conselho para a rapidez do processo que conduzirá à aprovação dos Estatutos e à eleição do Reitor da recém-criada Universidade de Lisboa. Atendendo em particular à necessidade de assegurar uma representatividade adequada, considerou importante que a Faculdade esteja não apenas atenta ao processo em curso mas também disponível para uma participação efetiva junto da nova equipa reitoral.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa secundou a intervenção do Professor Miguel Teixeira de Sousa, defendendo também de modo veemente a necessidade de acompanhar o



processo em curso, de modo a garantir uma justa representatividade e a participação da Faculdade na nova equipa reitoral.

O Professor Eduardo Paz Ferreira, que manifestou a sua admiração pelo Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Sampaio da Nóvoa, partilhou com o Conselho a sua apreensão pela escassa presença dos Professores da Faculdade na cerimónia de abertura do ano letivo. Defendendo a necessidade de preservar a transparência no processo de escolha do novo Reitor, considerou que a Faculdade deverá apresentar o seu próprio candidato, propondo o nome do Professor Marcelo Rebelo de Sousa. Informou depois o Conselho sobre a reunião do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas e a deliberação, em que votou vencido, que adotou o decanado como modelo de organização interna. Na mesma reunião ficou finalizada a distribuição do serviço docente para o segundo semestre. O Professor Eduardo Paz Ferreira, Presidente da Assembleia da Faculdade, deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião de janeiro e, concretamente, da deliberação que designou como membros da Comissão de Avaliação Interna o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, que presidirá, o Professor Januário Costa Gomes e o Mestre João Pateira Ferreira. A Comissão, cuja atividade deverá avançar rapidamente, será ainda constituída por três estudantes, um funcionário e dois docentes escolhidos pelo Conselho Científico, cuja indicação o Professor Eduardo Paz Ferreira pediu que fosse realizada com brevidade. Considerando não obstante a competência que neste domínio pertence ao Conselho Científico, a Assembleia da Faculdade deliberou constituir uma comissão para a revisão do plano de estudos do primeiro ciclo (licenciatura), que será composta por quatro docentes (um por cada área científica) e dois estudantes; e uma comissão para a definição de um plano estratégico, composta por três docentes e dois estudantes. A comissão para a revisão do plano de estudos será constituída pelos Professores David Duarte, Miguel Moura e Silva e pelo Mestre Miguel Romão, tendo sido solicitada ao Grupo de Ciências Jurídicas a indicação de um docente.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa informou o Conselho que o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas deliberou adotar o modelo eleitoral definido nos Estatutos como modelo de organização interna, após o termo do mandato do seu atual Decano. O decanado permanecerá assim por disposição transitória. Deu depois conhecimento das questões debatidas na reunião da Assembleia da Faculdade, aludindo ainda às preocupações partilhadas pelo Diretor e pelo Conselho Académico, em particular quanto ao mestrado profissionalizante.

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto informou o Conselho sobre o processo de avaliação da Faculdade e a informação que foi necessário coligir, aludindo à colaboração disponibilizada pela Reitoria, através da Professora Ana Nunes da Almeida, Pró-Reitora, que tutela o Gabinete de Garantia da Qualidade. Referiu-se depois à adoção do programa dos SPUL (Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa) pela Secretaria. Pediu uma reflexão profunda sobre os mestrados profissionalizantes. E, finalmente, aludiu às dificuldades registadas com a Comissão de Equivalências.



O Conselho designou, sob proposta do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, como membros da Comissão de Avaliação Interna, os Professores Ana Perestrelo de Oliveira e Pedro Caridade de Freitas.

Considerando as práticas de descortesia institucional que reiteradamente têm sido desenvolvidas por uma instituição universitária portuguesa, o Conselho expressou, de forma unânime, a sua veemente desaprovação, mandatando o Presidente do Conselho e o Diretor da Faculdade para manifestar o seu desagrado junto dos responsáveis da mesma instituição, instando à eliminação das práticas relatadas.

1. Aprovação da ata da reunião anterior

A Ata nº 12/2012, relativa à reunião de 12 de dezembro, foi aprovada.

2. Conselho Consultivo

O Conselho deu continuidade à reflexão sobre a definição do perfil dos membros do Conselho Consultivo. Participaram no debate, além do Presidente do Conselho, os Professores Eduardo Vera-Cruz, Eduardo Paz Ferreira, David Duarte, Fernando Araújo, Maria Fernanda Palma, Marcelo Rebelo de Sousa, Paulo Otero, Vasco Pereira da Silva e Maria do Rosário Palma Ramalho. O Conselho Científico procederá à designação dos cinco membros do Conselho Consultivo na reunião de fevereiro.

3. Regimento do Conselho Científico

Após as intervenções do Presidente do Conselho e dos Professores Fernando Araújo e David Duarte, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa propôs iniciar a discussão na generalidade do Regimento do Conselho Científico na reunião de fevereiro.

4. Doutoramento e pós-doutoramento

O Professor Luís de Lima Pinheiro, Coordenador dos Estudos Pós-Graduados, apresentou ao Conselho a “Proposta de deliberação genérica sobre programas de pós-doutoramento”. Após breve debate, em que participaram o Presidente do Conselho e os Professores Fernando Araújo, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Miguel Teixeira de Sousa, Jorge Duarte Pinheiro e Marcelo Rebelo de Sousa, o Conselho aprovou a “Proposta de deliberação genérica sobre programas de pós-doutoramento” (Doc.2).

O Conselho aprovou a designação do Professor Miguel Raimundo como membro do Gabinete de Estudos Pós-Graduados, em substituição do Professor Cláudio Monteiro.



a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento

O Conselho admitiu a doutoramento Ovídio Pahula, na área de Ciências Jurídico-Económicas, com o tema “Descentralização Financeira em Angola: Contributo para uma teoria sobre as Finanças Locais” e sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira.

O Conselho admitiu a doutoramento Raúl Carlos de Freitas Rodrigues, na área de Ciências Jurídico-Civís, com o tema “O Direito Fundiário em Angola” e sob a orientação do Professor Doutor Luís Menezes Leitão.

O Conselho admitiu a doutoramento, em regime de cotutela, Tiago Fraga Cristóvão Pereira, na área de Ciências Jurídico-Económicas, com o tema “A tributação da Energia. O Modelo de Tratado Instituidor da Governação Global da Energia” e sob a orientação da Professora Doutora Ana Paula Dourado e do Professor Doutor Pasquale Pistone, da Universidade de Salerno.

O Conselho indeferiu o requerimento em que João Manuel Francisco, mestre em Ciências Jurídico-Políticas com a classificação de catorze valores, que concluiu a parte letiva do doutoramento em Ciência Política da Universidade de Lisboa com a classificação final de 13 valores, pede admissão à segunda fase do doutoramento, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “A aplicabilidade Direta dos Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Angolana de 2010”, considerando que não se encontram reunidos os pressupostos regulamentares de admissão à fase de elaboração da tese de doutoramento em Direito e, em particular, a classificação mínima exigida.

O Conselho deferiu o requerimento em que Cledi de Fátima Manica Moscon, admitida à preparação de doutoramento, pede a alteração do título da tese de “Direito de Igualdade e Amnistia Fiscal” para “Igualdade e Dispensas Fiscais Retroativas: O problema constitucional em especial das anistias fiscais”.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Marcelo Machado Costa Lima, admitido à preparação de doutoramento, pede a prorrogação por doze meses do prazo de entrega da respetiva dissertação, a finalizar-se a 23 de janeiro de 2014.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Patrícia do Couto Villela, admitida à preparação de doutoramento, pede a prorrogação por doze meses do prazo de entrega da respetiva dissertação, a finalizar-se a 7 de fevereiro de 2014.

O Conselho, tendo em conta o Parecer do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto e a avaliação do relatório intitulado “O Assédio Moral como violação aos Direitos fundamentais da

intimidade da Pessoa Humana”, submetido a discussão pública, para que foram convidados os Professores Rui Pinto e Miriam Afonso Brigas, atribuiu a classificação de Muito Bom ao estágio de pós-doutoramento do Doutor Clayton Reis.

O Conselho, tendo em conta o Parecer do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto e a avaliação do relatório intitulado “A dignidade e a Justiça: uma exigência de Direito”, submetido a discussão pública, para que foram convidados os Professores José Duarte Nogueira e Sílvia Alves, atribuiu a classificação de Excelente ao estágio de pós-doutoramento do Doutor Alessandro Severino Valler Zenni.

O Conselho, tendo em conta o Parecer do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto e a avaliação do relatório intitulado “A Apelação Civil no Direito Romano: sua importância na alteração do modelo romano de direito e processo”, submetido a discussão pública, para que foram convidados os Professores José Duarte Nogueira e Sílvia Alves, atribuiu a classificação de Muito Bom ao estágio de pós-doutoramento da Doutora Nathaly Campitelli Roque.

O Conselho, tendo em conta o Parecer do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto e a avaliação do relatório intitulado “Elementos do Direito natural no pensamento de José Pedro Galvão e no pensamento de Paulo Ferreira da Cunha”, submetido a discussão pública, para que foram convidados os Professores Pedro caridade de Freitas e Sílvia Alves, atribuiu a classificação de Muito Bom ao estágio de pós-doutoramento do Doutor Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga.

b) Constituição de júris

Considerando a indisponibilidade do Professor Doutor João Loureiro, o Conselho aprovou a modificação do júri das provas de doutoramento de António Carlos Fontes Cintra, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “Imputação do Erro Médico, Ponderação dos Riscos e Prova por Inferências”, na área das Ciências Jurídico-Civis, que passará a ser integrado pela Professora Doutora Rita Lobo Xavier (Universidade Católica do Porto).

O Conselho adiou a constituição do júri das provas de Cláudia Sofia Oliveira Dias Monge, que apresentou a dissertação intitulada “O contrato de prestação de cuidados de saúde médicos”.

O Conselho adiou a constituição do júri das provas de Leonir Batisti, que apresentou a dissertação intitulada “Disfuncionalidades do Sistema Jurídico Criminal do Brasil em face do Direito Fundamental à Segurança”.

O Conselho tomou conhecimento dos requerimentos em que Miguel José Lopes Romão, apresenta a sua tese de doutoramento intitulada “*«Pervertidos, duvidosos e melhorados»*”:

Prisão, degredo e pensamento penitenciário em Portugal (1820-1936)” e a alteração do título antes aprovado, “Justiça criminal e sistema penitenciário. Da vingança à ressocialização (entre a Monarquia Constitucional e o Estado Novo)”.

5. Mestrado

O Conselho aprovou os júris dos cursos de mestrado em Ciências Jurídico-Ambientais (Doc.3) e em Ciências Jurídico-Económicas (Doc.4).

O Conselho aprovou as modificações dos júris dos cursos de mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Doc.5); em Ciências Jurídico-Ambientais (Doc.6); em Direito Administrativo (Doc.7); e em Ciências Jurídico-Criminais (Docs.8-11).

O Conselho aprovou os pedidos de alteração de tema e de Professor Orientador, de acordo com o documento elaborado pelo Gabinete de Estudos Pós-Graduados (Doc.s12 e 13).

O Conselho aprovou a lista de “Candidatos à elaboração da dissertação no âmbito do Curso de Mestrado Profissionalizante cuja parte curricular foi concluída no ano letivo de 2011-2012” (Doc.14).

O Conselho aprovou o Curso Pós-Graduado de especialização em “Ética, Direito e Pensamento Político” (Doc.15).

Considerando os lapsos de escrita que conduziram à verificação de discrepâncias entre os documentos submetidos a acreditação e os textos publicados em Diário da República, relativos aos Cursos de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, em Direito Administrativo e em Direito Internacional e Relações Internacionais, o Conselho deliberou aprovar os correspondentes documentos de retificação, de acordo com os documentos elaborados pelo Gabinete de Estudos Pós-Graduados (Doc.16-18).

6. Nomeação definitiva

a) Prof^a. Margarida Silva Pereira

O Conselho foi informado do teor do Parecer subscrito pelo Professor Miguel Teixeira de Sousa e pela Professora Maria Fernanda Palma (Doc.19), onde se conclui que a Professora Margarida Silva Pereira “revela as condições científicas e pedagógicas bastantes e suficientes para o prosseguimento da atividade académica.”

O Conselho votou favoravelmente - com 10 votos a favor, um voto contra e 3 abstenções - a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas da Professora Margarida Silva Pereira por tempo indeterminado.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro juntou Declaração de Voto (Doc.20).

b) Prof^a. Adelaide Menezes Leitão

O Parecer relativo à nomeação definitiva da Professora Adelaide Menezes Leitão será elaborado pelos Professores António Menezes Cordeiro e Miguel Teixeira de Sousa.

c) Prof. Rui Pinto

O Parecer relativo à nomeação definitiva do Professor Rui Pinto será elaborado pelos Professores António Menezes Cordeiro e Miguel Teixeira de Sousa.

d) Prof. Carlos Lobo

O Parecer relativo à nomeação definitiva do Professor Carlos Lobo será elaborado pelos Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo.

e) Prof. José Renato Gonçalves

O Parecer relativo à nomeação definitiva do Professor José Renato Gonçalves, cujo nome, por lapso, não consta da convocatória, será elaborado pelos Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo.

7. Comissão de avaliação de docentes

Tendo em consideração o pedido de escusa apresentado pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa, que presidirá à Comissão de Avaliação Interna, o Presidente do Conselho convocará a Comissão de Avaliação de Docentes, assumindo a sua presidência.

8. Comissão de reforço de júris

O Conselho não tratou este ponto da ordem de trabalhos.

9. Regulamento de avaliação

O Conselho não tratou este ponto da ordem de trabalhos.

10. Relações internacionais

O Professor Vasco Pereira da Silva, Coordenador do Gabinete Erasmus, informou o Conselho da celebração dos Protocolos com a Faculdade de Direito da Universidade Federal de

Pernambuco e com a Faculdade Damas da Instrução Cristã (Recife, Brasil). Foi ainda criada, também no âmbito do mestrado Erasmus Mundus, a unidade curricular “Direito da Integração Sul Americana”, destinada aos alunos europeus que frequentarem uma Universidade brasileira participante no consórcio.

11. Cooperação

Encontrando-se o Professor Dário Moura Vicente, Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica, em Angola, em serviço de cooperação, o Presidente submeteu ao Conselho a “Graduação dos Candidatos ao Concurso de Recrutamento de Docentes para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze Beira – Moçambique (2013)” (Doc.21), que foi aprovada.

12. Pessoal

O Conselho delegou no seu Presidente os assuntos relativos ao pessoal.

Deferido o requerimento em que a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho solicita autorização para acumulação de funções docentes com a Universidade Lusíada, em Lisboa, no segundo semestre do presente ano letivo.

Deferido o requerimento em que a Professora Miriam Afonso Brigas solicita autorização para acumular funções docentes com as funções de assessora na Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

Deferido o requerimento em que Ana Catarina Sá Gomes Melo Matos Salgado pede a prorrogação do respetivo contrato por um biénio, atendendo ao Parecer favorável do Professor Orientador.

Tomado conhecimento dos requerimentos em que Paulo Fernando Modesto Soares do Nascimento pede a prorrogação do respetivo contrato por um ano letivo e a concessão do prazo adicional de um ano para entrega da dissertação de doutoramento. Foi adiada a apreciação dos requerimentos, aguardando o parecer do Professor Orientador.

Deferido o requerimento em que Fabrícia Viana Fernandes de Almeida Henriques requer a prorrogação do seu contrato, por forma a colaborar com a equipa da Universidade Eduardo Mondlane até ao termo do ano letivo.

Confirmadas as dispensas de serviço docente concedidas pelo Conselho sob proposta do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas a Dinamene Geraldês Botelho Faria Antunes; Francisco Pais Silva Marques; João Miguel Prata Roque; João Tiago Valente Almeida Silveira.

Considerando as necessidades de distribuição de serviço docente, não foi concedida dispensa de serviço a Ivo Miguel Barroso Pêgo.

Confirmada a dispensa de serviço docente concedida pelo Conselho sob proposta do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas a Marco Alexandre Silva Costa Ferreira.

O Presidente do Conselho despediu-se de todos os presentes e deu por terminada a reunião pelas 18.10h.

O Presidente do Conselho

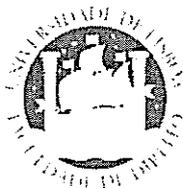


(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Secretária do Conselho



(Professora Doutora Sílvia Alves)



Exmo(a). Senhor(a)
Prof.(a) Doutor(a)

Tenho a honra de convidar V. Exa. para a Reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia 23 de janeiro, quarta-feira, às 15h, na sala do Conselho Científico, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Conselho Consultivo;
3. Regimento do Conselho Científico;
4. Doutoramento e pós-doutoramento:
 - a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento;
 - b) Constituição de júris;
5. Mestrado;
6. Nomeação definitiva:
 - a) Prof^a. Margarida Silva Pereira;
 - b) Prof^a. Adelaide Menezes Leitão;
 - c) Prof. Rui Pinto;
 - d) Prof. Carlos Lobo;
7. Comissão de avaliação de docentes;
8. Comissão de reforço de júris;
9. Regulamento de avaliação;
10. Relações internacionais;
11. Cooperação;
12. Pessoal.

Lisboa, 16 de janeiro de 2013

O Presidente do Conselho Científico

Pedro Romano Martinez

CONSELHO CIENTÍFICO DE 23 DE JANEIRO DE 2013

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO GENÉRICA SOBRE PROGRAMAS DE PÓS-
DOUTORAMENTO

Considerando a importância para o intercâmbio universitário, para a projeção internacional da Faculdade e para a cooperação com instituições de outros países, especialmente países de língua portuguesa e da União Europeia, do acolhimento de investigadores doutorados para a realização de estágios de investigação na Faculdade;

Considerando que os programas de pós-doutoramento não conferem um grau nem um título académico e, em particular, são independentes das provas de agregação ou de provas equivalentes previstas em sistemas estrangeiros;

Considerando que os programas de pós-doutoramento devem ser ajustados às circunstâncias concretas de cada projeto de investigação tal como é definido por acordo entre o candidato e o professor orientador;

Considerando que, não obstante a indispensável flexibilidade, importa reafirmar ou estabelecer certas regras fundamentais nesta matéria;

Considerando o disposto no Regulamento de Estudos Pós-Graduados da Universidade de Lisboa,

O Conselho delibera o seguinte:

1. A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa acolhe investigadores doutorados, portugueses ou estrangeiros, para a realização de programas de pós-doutoramento.
2. Os programas de pós-doutoramento estão sujeitos à aprovação do Conselho Científico, com base numa proposta apresentada pelo candidato e no parecer científico do professor orientador designado pelo candidato.
3. Os planos de trabalho de pós-doutoramento devem ser estabelecidos em ligação direta com as atividades de ensino e de investigação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nomeadamente com as atividades dos seus institutos de investigação e dos seus centros de investigação.
4. As candidaturas ao programa de pós-doutoramento devem ser apresentadas, em cada ano letivo, no período ou períodos definidos pela Coordenação Científica dos Estudos Pós-Graduados, mediante a entrega dos documentos indicados no sítio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na internet, incluindo documento comprovativo da titularidade do grau de doutor e o plano de trabalho e a designação do professor orientador propostos.
5. O programa de pós-doutoramento deve ter a duração mínima de 6 meses *incluindo o estágio de trabalho científico.*

6. O professor orientador deve ser um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

7. No final do programa de pós-doutoramento, o investigador é classificado pelo Conselho Científico, sob proposta do professor orientador, como aprovado (com Bom ou Muito Bom) ou reprovado e é emitido pelo Diretor, a requerimento do investigador, um certificado do qual devem constar a duração do programa e a classificação obtida.

CURSO DE MESTRADO
Mestrado em Ciências Jurídico-Ambientais

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Levi Sottomaior de Souza Filho	“ A viabilidade econômica da aplicação do princípio na sociedade de risco, salvaguardando a saúde humana e do ambiente, e o papel do estado na gestão do risco ambiental”	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Fernando Araújo (orientador) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (arguente) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão

CURSO DE MESTRADO
2009/2010
Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	
Armando Sumba	“ A supervisão prudencial bancária na União monetária oeste Africana”	Prof. Doutor Luis Silva Morais	Prof. Doutor Luis Silva Morais (presidente e orientador) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (arguente) Prof. Doutor David Duarte Prof. Doutor Guilherme W. d'Oliveira Martins
Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	
Rafael Arruda Oliveira	“ A promessa constitucional e os desafios da saúde pública: entre o constrangimento orçamentário e a vontade da constituição”	Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral	Prof. Doutora Nazaré da Costa Cabral (orientadora e presidente) Prof. Doutor Guilherme W. D'Oliveira Martins (arguente) Prof. Doutor João Miranda Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Solicitação de alteração de Juri

Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses
Composição Original

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Juri
Tânia Cristina Cardoso de Melo	“ Os indícios suficientes: suficiência da verossemelhança ou necessidade de possibilidade qualificada?”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (arguente)

Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses
Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Juri
Tânia Cristina Cardoso de Melo	“ Os indícios suficientes: suficiência da verossemelhança ou necessidade de possibilidade qualificada?”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Carlota Helena Morão (arguente)

Solicitação de alteração de Júri

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS (M. Científico)

Composição Original

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Paulo Henrique Romeiro Pacheco	“ A maximização dos custos sociais através da análise da legislação brasileira e seu impacto no crescimento económico-energético nacional”	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Fausto de Quadros (presidente) Prof. Doutor Fernando Araújo (orientador) Prof. ª Doutora Ana Paula Dourado (arguente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS (M. Científico)

Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Paulo Henrique Romeiro Pacheco	“ A maximização dos custos sociais através da análise da legislação brasileira e seu impacto no crescimento económico-energético nacional”	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Fausto de Quadros (presidente) Prof. Doutor Fernando Araújo (orientador) Prof. Doutor José Renato Gonçalves (arguente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes

Solicitação de alteração de Júris
MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
 Composição Original

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Vânia Rute Damásio Néne	“ Responsabilidade tributária subsidiária: A reversão no processo de execução fiscal”	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (orientadora) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (arguente)

MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
 Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Vânia Rute Damásio Néne	“ Responsabilidade tributária subsidiária: A reversão no processo de execução fiscal”	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (orientadora) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (arguente)

Solicitação de alteração de Júris
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
Composição Original

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Cristine Osternack Costa	“ A influência da Investigação na convicção do julgador”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor João Curado Neves Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Cristine Osternack Costa	“ A influência da Investigação na convicção do julgador”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Dá Mesquita (argumente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador)

Solicitação de alteração de Júris
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

Composição Original

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Frederico Valdez Pereira	“ Iniciativa Probatória de ofício e o Direito ao Juiz imparcial no Processo Penal”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor João Curado Neves Prof.ª Doutora Sílvia Alves

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Frederico Valdez Pereira	“ Iniciativa Probatória de ofício e o Direito ao Juiz imparcial no Processo Penal”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Dá Mesquita (arguente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor João Curado Neves

Solicitação de alteração de Júris
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
Composição Original

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos Santos	“ O princípio Nemo Tenetur se Detegere – Seus limites e sua extensão ”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida Prof.ª Doutora Isabel Alexandra

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos Santos	“ O princípio Nemo Tenetur se Detegere – Seus limites e sua extensão ”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida

Solicitação de alteração de Júris
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
Composição Original

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Sónia Maria Moreira Costa dos Santos Reis	“ Dos crimes rodoviários: Repensar as penas principais à Luz do Bem Jurídico Tutelado ”	Prof. Doutor	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Sónia Maria Moreira Costa dos Santos Reis	“ Dos crimes rodoviários: Repensar as penas principais à Luz do Bem Jurídico Tutelado ”	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente e orientadora) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida



Gabinete de Estudos Pós-Graduados
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Doc. 12

Requerimentos

- Pedido de Alteração da Tema da Dissertação

Nome do Mestrando	Data do requerimento	Tema aprovado da dissertação	Novo tema Proposto	Nome Professor Orientador nomeado
ANA TERESA SOUSA NOVO OLIVEIRA FARLA (16500)	06.09.2012	Em busca das fronteiras da proibição do pacto comissório	A execução extra processual do penhor	Prof. Doutor Januário Costa Gomes
DAPHNE CONSTANTINOPOLOS (21641)	30.11.2012	A arbitragem como forma de resolução de conflitos internacionais	Arbitragem comercial internacional de litígios emergentes de contratos internacionais de transferência de tecnologia	Prof. Doutor Luis de Lima Pinheiro
FLORINDA MARTINS RINO (21178)	17.12.2013	A família depois da reforma do Código Civil de 1977: um “novo” Direito de Menores	A família depois da Reforma de 1977 do Código Civil: um novo Direito de Menores	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira
JORGE CARITA SIMÃO (15894)	19.10.2012	Governo de Sociedades e Conflitos de Interesses	Conflito de interesses e governo de sociedades: os	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão



Gabinete de Estudos Pós-Graduados
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Nome do Mestrando	Data do requerimento	Tema aprovado da dissertação	Novo tema Proposto	Nome Professor Orientador nomeado
MARIA JOÃO MARQUES PACHECO BOTELHO MOREIRA (15848)	15.11.2012	Alguns pontos controversos da transmissão de estabelecimento no direito laboral	A delimitação do conceito de transmissão de estabelecimento do direito laboral e notas de regime	Prof. Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho *
PAULO JORGE SALVADO RODRIGUES (16814)	02.10.2012	O Enquadramento Jurídico do Trabalho Temporário da Perspetiva do Empregador. Paralelismo com o Regime do Outsourcing	O enquadramento jurídico do trabalho temporário da perspetiva do empregador	Prof. ^a Doutora Adelaide Menezes Leitão
PERFIRIO MENDES (21215)	20.07.2012	Os projetos desenvolvidos pelo PNUD desde 2008 para combater a fome e a miséria na Guiné-Bissau.	As imunidades dos familiares dos agentes diplomáticos: extensão e limites	Prof. ^a Doutora Margarida Salena



Gabinete de Estudos Pós-Graduados
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

RICARDO NOGUEIRA BERNARDES (15768)	MANUEL	19.10.2012	O dano da perda de uma oportunidade	O conteúdo da prova liberativa na responsabilidade contratual face à delimitação do dever de prestar	Prof. António Menezes Cordeiro
SORAIA ALEXANDRA FERNANDES TENDER (21150)		05.08.2012	Prescrição das Dívidas Fiscais	Dever de apresentação à insolvência e suas consequências	Cf. <i>infra</i> – alguma requereu alteração de professor orientador.
VANESSA VIEIRA ROLO (16906)	JULIETA	09.11.2012	O dilema das Comissões de Protecção: Art.º 9 LPCJP	Tem o adotado direito de conhecer a identidade dos pais biológicos?	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira



Gabinete de Estudos Pós-Graduados
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Pedido de Mudança de Professores Orientador

Nome do Mestrando	Data do requerimento	Tema aprovado da dissertação	Nome Professor Orientador nomeado	Nome do novo Professor Orientador solicitado
NILVA DE SOUZA DIAS FERREIRA (21278)	29.11.2012	Direito do consumo em Portugal	Prof. Doutor Luis Menezes Leitão	Prof. Doutor Pedro Paes de Vasconcelos
SORAIA ALEXANDRA FERNANDES TENDER (21150)	05.08.2012	Cf. <i>supra</i> – aluna requereu alteração do tema da dissertação.	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão

*Indicação a confirmar pelo Docente.

Candidatos a elaboração da dissertação da dissertação no âmbito do Curso de Mestrado Profissionalizante cuja parte curricular foi concluída no ano letivo 2011-2012

Nome do candidato	Título proposto	Professor(a) Orientador(a)	Curso
ALBERTINA RITZA GAMA DA COSTA	Processo em Massas - Jigjams eJedcedra	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERREIROS LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
ANA BEATRIZ RODRIGUES DE VASCONCELOS	Insolência e Processo Especial de Revitalização	MARIA ROSALEI ALENG ANTUNES BEL	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANA CAROLINA FRANCO AMARTE	A Prova no Assédu Moral	LUIS MANUEL TELES MENZES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ANA CATARINA FIGUEIREDO CAMPELO	"A desconsideração da personalidade jurídica como forma de tutela dos credores sociais"	PEDRO LEITÃO PAUS VASCONCELOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANA CLÁUDIA OLIVEIRO SOARES	A resolução por incumprimento e a indenização.	LUIS MANUEL TELES MENZES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ANA CRISTINA RODRIGUES TEIXEIRA	O Processo Especial de Revitalização	MARINA ADELAIDE TELES MENZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANA FILIPA ALEXANDRE DAS NEVES	O Direito de Oposição do Trabalhador em caso de Transmissão da Empresa ou Estabelecimento	MARINA ROSARIO VALENTE REBELO PIVATO PALUVA RAMALHO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANA LUISA CORREIA DO NASCIMENTO	O direito a eleições livres - Um direito Humano	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ANA LUISA FERREIROS HIBERIO	Art 109 do CPTr 1 Processo urgente para impugnação de direitos, liberdades e garantias: A pergunta de partida. No âmbito do contencioso em matéria de vistos consulares o processo urgente nos termos do Art 109 do CPTr será o mais adequado?	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERREIROS LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
ANA RITA BORGES RAMOS	A insolência e a garantia dos trabalhadores	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANA RITA COSTA RIBEIRO	O levantamento do sigilo bancário para efeitos fiscais em Portugal	PALUA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ANA RITA DA COSTA PEREIRA	Responsabilidade Internacional das e pelas Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP) - responsabilidade internacional das EMSP, dos Estados e das Nações Unidas (Oriento Internacional Público, área do Direito da Responsabilidade Internacional)	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ANA RITA MONTANHA RODRIGUES	Responsabilidade dos Estados por Dividas das Organizações Internacionais	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ANA RITA RODRIGUES RIBEIRO	Responsabilidade do local de trabalho - Fundamento de despedimento	LUIS MANUEL TELES MENZES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANA RITA SANTOS RODRIGUES	Da admissibilidade do agente provocador e inibido no sistema jurídico português	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORGÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ANA SOFIA DE MATOS	A fiscalização da insolência	GUILHERME WALDEMAR GOULAO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANA ZAIRA SOARES DA FONSECA CAIPIVA	O Contrato de Sociedade	EDUARDO SANTOS JUNIOR	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANDRÉ GONCALO TEIXEIRA MENDES BARATA	O Resgate do Sistema Bancário: As Intervenções Públicas em Centros de Crise.	RUITE NETO CABRITA E GIL SARAVIA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
ANDRÉ INACO MENDES MAAJALHES	CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DO PRATICANTE DESPORTIVO 1 EM ESPECIAL AS CLÁUSULAS DE RESCISÃO.	PEDRO NIUNO FAVARES ROMARDO SOARES MARTINEZ	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ANDRÉIA VAREISA ABRANTES LOPES DA LUZ	As características do auxílio	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ANTONIO DAMIANE LOPES PEREIRA	Deseqnoabilização dos sócios nas sociedades por quotas	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PEREIREIRO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
ARISTEURO LOPES DE ALMEIDA	Actos bancários em Especial (escritura pública)	RUITE NETO CABRITA E GIL SARAVIA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
BARBARA DA MANTAS DUARTE	Salário e aplicação no caso concreto	RUUI RODRIGO BIRMINHO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
BRUNO EMANUEL PINHO ESPADA	Fragante delito de contendação: o problema da deteção para identificação	RUUI RODRIGO BIRMINHO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
BRUNO MIGUEL RIBEIRO DOMINGUES	Governance - O Papel dos sócios	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PEREIREIRO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
CARINA SOFIA MARGALHES DO BARREIRO CASA NOVA PAREIRA	As técnicas de Rating	RUITE NETO CABRITA E GIL SARAVIA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
CARLA CAROLINA CARDOSO DOS SANTOS ALVES	"O direito de morrer - Estabilidade e Direitos Humanos"	RUUI RODRIGO BIRMINHO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CARLA PATRÍCIA MARTINS DA CRUZ	A tutela jurisdicional efectiva no âmbito dos processos cautelares em matéria pré-contratual	RUUI RODRIGO BIRMINHO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
CATARINA ALEXANDRA DAS NEVES FARIA	O direito a que a causa seja apreciada num prazo razoável estabelecido no artigo 6.º da CEH - O aporofundamento deste direito através da Jurisprudência do TEDH e a repercussão desta no aperfeiçoamento dos sistemas judiciais nacionais.	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CATARINA DE ALMEIDA SILVA RUIVO ROSA	Concentração de Empresas	LUIS DOMINGOS SILVA MORAIS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
CATARINA MANTAS GOMES FERREIRA RODRIGUES	Prorogação das Joradas de trabalho e compensação de horas extraordinárias	LUIS MANUEL TELES MENZES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
CATARINA RIBEIRO LOPES	O Despacho e a Ordem Jurídica Internacional	MARINA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
CÁTIA SUSANA BRANCO DE OLIVEIRA	Meios de vigilância eletrónica no local de trabalho	LUIS MANUEL TELES MENZES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
CEZAR FERREIRA LEÇA	Direito à informação nas sociedades por quotas	MARINA ADELAIDE TELES MENZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
CLÁUDIA SUSANA DA NAVE PAIVA	Arrendamento Urbano	RUUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
DAVID MIGUEL DOMINGUES FAVARES DA SILVA BERNARDINO	Arbitragem Internacional	EDUARDO SANTOS JUNIOR	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
DEISENE BERNUZI DA SILVA	A relação da mobilidade laboral e o livre comércio: confictos e controvérsias entre a OIT e a OMC	RUUI RODRIGO BIRMINHO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DIANA CABRICO RITO PEREIRA	Aumento dos processos de insolência face à actual crise financeira	LUIS MANUEL TELES MENZES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
DIANA FILIPA DE FRETAS MARTINS	Direito Internacional Administrativo - A eficácia jurídica do acto administrativo	MARINA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DIANA INOUCIA GUARANA	Intervenção de Terceiros nos Grupos Societários	MARINA ADELAIDE TELES MENZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
DIANA INOUCI BENTO NUNES DUARTE RODRIGUES	"A conjugação da vida profissional com a vida familiar no âmbito laboral - em especial a maternidade e a paternidade"	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
DIANA SOFIA PEREIRO DOMINGUES	Deseños aos Estados nas Relações Internacionais: uma análise evolutiva	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
DIOGO GONÇALO RODRIGUES FERNADES	Das Sociedades Cooperativas: O capital social	EDUARDO SANTOS JUNIOR	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
DIOGO NOBRE DE MELO COUTINHO CAPELA	"Do Processo Disciplinar Laboral"	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAS
	A Criminalização do Engruamento ilícito	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Nome do candidato)	Título proposto	Professor(a) Orientador(a)	Curso
DORA CARINA ALVES PIRO FELIX	Título proposto Tributação do Benefício Familiar em sede de IRL e Incongruências de acordo com o regime de Casamento	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
DIANTE FILIPE RODRIGUES SILVA	Revista Excepcional O abuso de direito na tributação directa e contributo para a análise de um princípio europeu e as suas (recentes) implicações nacionais	RUI CARLOS GONÇALVES PIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ELISABETE MARIA OLIVEIRA CAMILO	A Defesa da Posse	JOSE ALBERTO COELHO VIEIRA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
ESTELA FILIPA MULHEIRO GUERRA	Revisão Corporativa Interessa: a dignidade do preçoso humana enquanto limite ético à desobediência da verdade material	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
FABIO SAMI SILVA	CRIMINALIDADE ECONOMICA E FINANCIEIRA ORGANIZADA	MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TRAVEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
FILIPA BAPTISTA FILIPE MADEIRA	Crimes Culturais em Motivação: A Multitude Genial Feminina	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DMS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
FRANCISCO SIMÃO MARQUES DA SILVA	Os acordos de troca de informação - Natureza e Implicação	GUILHERME WALDEMAR GOUZÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
FREDERICO FILIPE MENDES BARATA	Aquisição e perda de qualidade de sociedade aberta	JORGES MANUEL TELLES MENDES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
GEORGINA TAVARES MENDES	Uma parábola de risco: fundação o caso da SCUT - Banca Literária e Alta	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
HADISSA FERREIRA MARTINS PALHEIRO	7ª Saramônica Transformação do Direito Internacional	JORGE MANUEL TELLES MENDES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
HERNRIQUE FURTADO FERREIRA	A Extensão da Plataforma Continental - Os Desafios Nacionais e o Caso Açoriano em Específica	JANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
HUGO JOAQUIM PINTO DA SILVA	O Capital Social e as Garantias dos Credores	MARIA RAQUEL ALERIO ANTUNES NEI	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ILDO INDOGENO DO AMARAL CALHEIROS MONTEIRO ALVES	Da abertura bona fides no Contrato de Seguro	EDUARDO SANTOS JUNIOR	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ISABEL AUGUSTA PRATA VAZ AFOSSO	Previdência e Seguros Banários	RUI RODRIGO HIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JERONIMO MARUÊ CABRAL KOPPE DE FIGUEIREDO TUILO	A valorização das decisões de arbitragem prestadas antes da fase de julgamento	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JONANA FILIPA DA COSTA SILVA CORREIA	Análise de Reriforma ao Código de Processo Civil: Da Inversão do conteúdo cautelar.	RUI CARLOS GONÇALVES PIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JONANA MARGARIDA MARTINS PEREIRA CALADO	Gestão Centralizada da Teorização - Cash Pooling	GUILHERME WALDEMAR GOUZÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JONANA RITA SAMRANA ABRANTES	A Impugnação Pauliana na Actividade Jurisdicional - Crítica e Superação	JOSE ALBERTO COELHO VIEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JONANA SORA DOS SANTOS TENEIRA	Acharamentos Tributários - Estudo de casos jurídicos	GUILHERME WALDEMAR GOUZÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JONANA TERESA LOPES FERNANDES	A implem como meio de prova no Processo Penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JOAO CARLOS NETO PERE	A CONTRATABILIDADE DOS RECURSOS ENERGÉTICOS	LUIS MANUEL TELES MENDES LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JOAO MANUEL SILVA BAPTISTA	A CONTRATABILIDADE DO TRATADO ORÇAMENTAL COM O DIREITO DA UNIÃO E O FUTURO DA EUROPA	MARIA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
JOAO PEDRO ANTUNES FERREIRA DA SILVA	A Influência das Directivas Europeias de Contratação Pública nas Políticas Ambientais e Sociais dos Estados Comunitários.	MARIA JOAO ROSÁRIO ESTORINHO PEREIRA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JOAO PEDRO DE JESUS GONÇALVES	A Prova Testemunhal e o seu Valor Probatório na Jurisprudência Portuguesa	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JOAO RUI DA SILVA OLIVEIRA	A desinterposição sistemática da medida da capacidade contributiva.	CARLOS MANUEL BAPTISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
JOAO VASCO MORGADO OLIVEIRA MENDES CORREIO	Os aspetos societários das Fusões Transacionais e suas consequências com o ordenamento jurídico português	JANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PEREIRELLO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA FERREIRA	¿ Nemo Tenetur Se Ipsum Accusare, o sujeito como objeto de prova ¿	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DMS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
JOSÉ MANUEL REIS ALVES PEREIRA	A publicização da contabilidade privada do disposto pontuais	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
JOSE RAUL CRUZ MARTINS	ADMINISTRATIVA	RUI RODRIGO HIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
KYLE MICHELLE CARDOZO BARBA	“O Direito à Condição Familiar” Em especial o Direito da Visitaz	MIGUEL FERNANDO PESSANHA TEIXEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
LUCIA CATARINA PEREIRA CRUZ	Requisitos de qualificação e concorrência nos procedimentos de contratação pública.	JORGE ALBERTO CARAS ALTAZ DUARTE FINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
LUIS CARLOS RIBEIRO PEREIRO	Direito dos Animais - Contributo para uma Análise Sólida Económica do Tema	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAMUNDO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
LUIS MIGUEL CABRAL FERNANDES MARQUES CHINCHIO	A Sociedade Privada Europeia	MIGUEL CARLOS TEIXEIRA PATRÍCIO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
LUIS PEDRO DE AGUIAR FERNANDES	O papel da concordância potencial nas análises de Direito da Concorrência	JANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PEREIRELLO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
MADALENA DE ULTRA MACHADO PIRO COELHO	As Medidas Tuleidas Educativas Não Institucionais	JORGE ALBERTO CARAS ALTAZ DUARTE FINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
MADALENA GUERREIRO MARTA MOURIOS	A Condição da Extra Vei Ultra Petium	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
MANUEL ADOLFO GONÇALVES	Área fiscal	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
MANUEL ANTONIO RODRIGUES FERREIRA TORRES	As Fronteiras do Direito	MARIA JOSE REIS BAALGE MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MANUEL JOSÉ SARAVIA DA SILVA	O abuso de dependência económica e as práticas negativas abusivas	JANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PEREIRELLO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
MARIA CATARINA ESTEVES RIBEIRO MATOS	Responsabilização de Gestores e Administradores no Direito Societário	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
MARIA PATRÍCIA FIGUEIRA FRANCO	O Terrorismo nas Relações Internacionais?	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MARGARIDA ISABEL NETO HOVO	As garantias constitucionais dos responsáveis subsidiários no Processo Tributário - da Opesição à Execução Fiscal em especial.	JANA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
MARIA NÉS DALMICO COELHO	A Protecção dos direitos humanos em situação de catástrofe	EDUARDO JOSÉ AMARAL CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MARIA NÉS COSTA E SILVA DE SOUSA GUERRA	A vulnerabilidade electrónica	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DMS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
MARIA JOANA DE CALHEIROS E MENDES	regulação bancária na U.E	MIGUEL JOSÉ PIRO TRAVES MADURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
MARIA MARGARIDA DA SILVA DIAS PEREIRA GONÇALVES	A enervação do passivo resistente a sua articulação com a inafectação do processo de insolvência	MARIA RAQUEL ALERIO ANTUNES NEI	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
MARIANA DOS NÉS CABELEIRA	“O Poder de Supervisão Macro-prudencial do Banco de Portugal: perda ou inexistência de soberania face ao BCE”	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAVIA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
MARISTELA PERES NÉS	Atribuem Laboral no Brasil	PEDRO MANUEL MATEUSA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
MARTA ABOSSO RIBEIRO DA VEIGA E MOURA	A análise do artigo 161 nº1 do CPVA	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO

Nome do candidato(a)	Título proposto	Professor Orientador(a)	Curso
MAURICIO RAYMUNDO SILVA DIAS	Regulatório no sector das agências desportivas	MIGUEL JOSÉ PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANÇEIRAS
MIGUEL CASTRANO COELHO FILIPE MARTINS	Modelos de contratação na indústria petrolífera e do gás natural (upstream) e equilíbrio económico - um olhar sobre o mundo lusófono	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO DA ECONOMIA
JAIR MAURICIO CORDEAS	O papel dos instrumentos financeiros derivados no governo das sociedades: o problema do empty voting	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA FERRETELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
NICOLÉ ESCUDIRIO GABRIEL	A admissibilidade de alegação e conhecimento de factos supervenientes em sede de recurso civil	ROUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
MÍDIA MARIA VICENTE MATEUS	O Onus da prova na responsabilidade civil médica	JOSÉ LUIS RODRIGUEZ RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
MIGUEL MIGUEL FRYAS EVANGELISTA	O Sistema de Certificados Brancos e a Eficiência Energética	RIETE NETO CABRITA E GI SARAVIA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
PAULA MARINA FRANCISCO SEBASTIÃO	A efectividade das normas de direitos humanos em África: implementação das decisões do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos	MARIA JOSÉ REIS RANGET MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PAULO ANDRÉ CABRITA LOPES	A greve	MARIA JOSÉ REIS RANGET MESQUITA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
PEDRO JORGE FERREIRAS DA FONSECA	Acesso à água e direitos humanos	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
PEDRO HERNANDES VIEIRA MELO	As Provas Incisas no Regime Laboral: O Caso da Videovigilância	ROUI RODRIGO FERREIRO GUEBRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PEDRO SILVINO REBELO DO NASCIMENTO	Aditagem em Direito Societário	JOSÉ LUIS RODRIGUEZ RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
PRISCILA RODRIGUES FERREIRA	Princípio da igualdade retributiva no domínio laboral	DIÁRIO MANUEL LEMEZ VICENTE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
RAQUEL FLUFA GOMES AMAVAL	Dilogo social e negociação coletiva na União Europeia	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
RENATA GOMES MILAVANIS	O direito de emprego amando da constituição de grupos de sociedades	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
RENATA GOUVEIA MARTINS	O regime das presunções previsto no art. 186.º do Código da Insolvência e da Recuperação das Empresas.	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA FERRETELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
RITA FILOMENA ANTUNES DA SILVA	Recuperação das Empresas.	MARIA RAQUEL ALEXANDRE ANTUNES REI	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
ROMINA HELENA DA SILVA ASSIS BERNARDINO PAIS	A Responsabilidade dos Administradores na Insolvência de Sociedades Comerciais.	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA FERRETELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
ROUI ALEXANDRE DOS SANTOS PINTO FERRA	A responsabilidade pelo pedido injunctivo de declaração de insolvência	MARIA RAQUEL ALEXANDRE ANTUNES REI	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
RUTH HELENA BARROS LIMA SANTOS	Actos Sociais com Aditamentos entre os 14 e 15 anos de idade	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
SANDRINA ALEXANDRA COUÇA DA FONSECA	A revogação do sistema de adjecto no ordenamento jurídico português	MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TAVIERA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
SARA BARROO DIAS AMAVAL	Direitos dos jovens - uma Carta europeia de Direitos dos Jovens?	MARIA JOSÉ REIS RANGET MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SARA CORTES ALÇADA OLIVEIRA DA SILVA	Insolvência dos Bancos	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA FERRETELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
SARA DANIELA COELHO MACILHAO	Fundo Ambiental da União Europeia	RIETE NETO CABRITA E GI SARAVIA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
SARA DIANA FERREIRA DE OLIVEIRA	"Admissibilidade da prova em processo civil - considerações sobre ilicitude, fiabilidade e valorisó"	JOSÉ LUIS RODRIGUEZ RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
SARA FERRETE FERREIRO LOPO	Seguro de Grupo e Grupo de Seguros	PEDRO MANUEL MELO PINTO VASCONCELOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
SARA RAQUEL FERREIRA ALVES	A (in)solidabilidade do justificado interesse próprio na prestação de garantias entre sociedades em relação de grupo.	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA FERRETELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
SARA VANESSA CARVALHO DA SILVA	Análise da densificação dos princípios jurídicos enquanto parâmetros de controlo da discricionariedade na fase instaurada do procedimento administrativo	DAVID JOSÉ PEREIRO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
SILVIA MARIA BEGO MENDES BOTO	A Descoberta da Verdade	JOSÉ LUIS RODRIGUEZ RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
SILVIA ROSSANA DA SILVA SANTOS	Do Regime Infratruo	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORAÑO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
SIMÃO GOMES	Endividamento Autarquico e Parcerias Público-Privadas	JOSÉ REJANO GONÇALVES	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
SOFIA ALEXANDRA LOPES RAMADA	Insolvências Intermecanicas	MARIA ADELIADE TELES MENÉZES CORREIA LETIÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
SÓNIA MARTINS LOPES	"O Processo especial de Reabilitação e a sua concretização."	ROUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
STELA MARILIA JORGE FERREIRA	Da tributação das pessoas colectivas: o caso das empresas petrolíferas em Angola	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
SUSANA ISABEL DOS SANTOS LETRAS VITAL	Contratação a Termo Certo 1. a flexibilidade com precedência dos vínculos laborais	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
SUZANA MARIAS TIMUROGLU	A Questão das Reservas nos Tratados de Direitos Humanos: uma nova perspectiva.	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TÁLIA CRISTINA MARTINS NASCIMENTO	O Papel do "Homem de Idade nos Games Profissionais	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
TIAGO CARMELO PEFEIRA	Mecanismos judiciais e extrajudiciais de recuperação de empresas no ordenamento jurídico português	MARIA RAQUEL ALEXANDRE ANTUNES REI	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
TIAGO SILIPE GARCIA SOARES	Os Acordos Parassociais nas sociedades abertas - o direito de informação das acionistas	MARIA ADELIADE TELES MENÉZES CORREIA LETIÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
VANESSA DA SILVA GASPAR	A Protecção de Países no Local de Trabalho, em especial a Videovigilância	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
VASCO EDUARDO GONÇALVES CIPRIANO	Definimento Ideio - uma perspetiva jurídico-constitucional	DAVID JOSÉ PEREIRO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
VITOR MIGUEL PEREIRA LOURENÇO	A centralização de compras e a integração vertical das SGRL	MIGUEL JOSÉ PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA



UNIVERSIDADE DE LISBOA

REITORIA

Modelo de regulamento para criação de um curso pós-graduado de especialização

[nos termos do n.º 2 do artigo 1.º e do Capítulo III do Regulamento de Estudos Pós-Graduados da UL, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 65, de 30 de março, pelo Despacho n.º 4624/2012]

Instruções

1. Deverão ser alterados/preenchidos os sombreados.

DESPACHO

Por decisão do Conselho Científico da Faculdade/do Instituto de _____ desta Universidade, na sua reunião de ___ de _____ de 20___, ratificada pelo Despacho Reitoral n.º R-XX201X (XX) de ___ de _____, é criado o curso pós-graduado de especialização em Ética, Direito e Pensamento Político, cujo regulamento se publica de seguida:

Curso Pós-graduado de Especialização em Ética, Direito e Pensamento Político

1.º

Criação

É criado na Faculdade de Direito e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o Curso Pós-graduado de Especialização em Ética, Direito e Pensamento Político adiante designado por curso.

2.º

Condições de matrícula e inscrição

1. Podem candidatar-se a este curso os titulares de uma licenciatura ou equivalente.
2. Os candidatos devem demonstrar conhecimentos de algumas questões fundamentais no âmbito da Ética e/ou Direito e/ou Pensamento Político.
3. Os candidatos devem juntar ao boletim de candidatura os seguintes documentos:
 - a) certidão comprovativa de um dos graus referidos no n.º 1;
 - b) *curriculum vitae*.
4. A seleção dos candidatos será feita por membros da Comissão Científica do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras e da Comissão Científica da

Faculdade de Direito, designados para o efeito, mediante apreciação curricular e realização de uma entrevista.

5. Os resultados serão publicados de modo a permitir a matrícula e inscrição dos candidatos selecionados nos prazos definidos pela Comissão de Estudos Pós-Graduados.

3.º

Fixação do número de vagas

A Comissão Científica do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras e da Comissão Científica da Faculdade de Direito fixa anualmente o número de vagas.

4.º

Prazos de candidatura

O prazo para a apresentação de candidaturas será fixado em cada ano pela Comissão de Estudos Pós-Graduados.

5.º

Critérios de seleção

1. A seleção dos candidatos será feita mediante apreciação curricular, complementada pela realização de uma entrevista.
2. Na apreciação curricular serão tidos em conta os seguintes elementos:
 - a) classificação da licenciatura ou grau académico equivalente;
 - b) *curriculum vitae*.
3. Na entrevista serão apreciadas as motivações do candidato.

6.º

Condições de funcionamento e avaliação

1. O curso tem a duração de 2 semestres.
2. O número total de créditos a obter no curso é de 60 e o número total de horas de contacto é de 600.
3. A avaliação dos alunos traduz-se no seguinte sistema de classificação:
 - 3.1. A aprovação em cada unidade curricular do curso é expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0-20, bem como no seu equivalente na escala europeia da comparabilidade de classificações, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.
 - 3.2. A aprovação do curso é expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0-20, bem como no seu equivalente na escala europeia da comparabilidade de

classificações, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

3.2. A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, calculada até às centésimas e arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a 50 centésimas), das classificações obtidas nas unidades curriculares que o integram.

3.4. A unidade de ponderação é o número de créditos atribuído a cada unidade curricular.

7.º

Estrutura curricular e plano de estudos

A estrutura curricular e o plano de estudos do curso constam do Anexo I.

8.º

Propinas

As propinas são fixadas anualmente pelo Diretor, sob proposta da Comissão Científica do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras e da Comissão Científica da Faculdade de Direito.

9.º

Diploma

A aprovação no curso é atestada por uma certidão de registo, genericamente designada de diploma, nos termos do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e n.º 230/2009, de 14 de setembro retificado pela Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro, ou por uma carta de curso. Qualquer um destes documentos é acompanhado pelo respetivo suplemento ao diploma e é emitido pela Reitoria da Universidade de Lisboa, no prazo máximo de 90 dias, após a sua requisição pelo interessado.

10.º

Entrada em Vigor / Disposições transitórias

1. O presente regulamento aplica-se aos alunos que se inscrevam pela primeira vez a partir do ano letivo de 2013-2014, inclusive.

Reitoria da Universidade de Lisboa, ___ de _____ de 20__

O Vice-Reitor

(Prof. Doutor António Vasconcelos Tavares)

Anexo I

Estrutura curricular

- 1 - Área científica predominante do ciclo de estudos: **Direito e Filosofia**
- 2 - Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à conclusão do curso: **60**
- 3 - Duração normal do ciclo de estudos: **2** semestres
- 4 - Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do diploma:

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS
Direito	DIR	30	0
Filosofia	FIL	30	0
TOTAL		60	0

Plano de estudos do Curso Pós-graduado de Especialização em Ética, Direito e Pensamento Político

Quadro das unidades curriculares - 1º e 2º Semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Teoria e História do Direito I	DIR	Semestral	210	45TP+300=75	7,5	Obrigatória
Teoria Geral do Estado	DIR	Semestral	210	45TP+300=75	7,5	Obrigatória
Pensamento Político I	FIL	Semestral	210	45TP+300=75	7,5	Obrigatória
Ética Aplicada	FIL	Semestral	210	45TP+300=75	7,5	Obrigatória
Teoria e História do Direito II	DIR	Semestral	210	45TP+300=75	7,5	Obrigatória
História das Relações Internacionais	DIR	Semestral	210	45TP+300=75	7,5	Obrigatória
Pensamento Político II	FIL	Semestral	210	45TP+300=75	7,5	Obrigatória
Ideias e debates políticos em Portugal	FIL	Semestral	210	45TP+300=75	7,5	Obrigatória
TOTAL			840		30	

Legenda:

- (1) Designação da Unidade Curricular.
- (2) Indicando a sigla constante do Quadro Estrutura Curricular.
- (3) De acordo com a alínea c) do n.º 3.4 das normas (anual, semestral ou trimestral).
- (4) Na UL, a carga horária total é igual ao número de créditos multiplicado por 28.
- (5) Indicar por cada tipo (T – ensino teórico; TP – teórico-prático; PL – prático e laboratorial; TC – trabalho de campo; S – seminário; E – estágio; OT – orientação tutorial; O – outros) o número de horas totais (ex: T - 15; PL: 30).
- (6) Número de créditos.
- (7) Assinalar sempre que a unidade curricular for optativa.



UNIVERSIDADE DE LISBOA

REITORIA

Alteração de ciclos de estudos

Normas para a instrução de processos de alteração de ciclos de estudos

O processo relativo ao pedido de alteração de ciclos de estudos deverá ser instruído nos termos indicados na versão em uso do Guia Prático - Instrução de Processos Ciclos, disponibilizado no portal da DGES:

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/InstrucaoProcessos/CiclosEstudos/>

1. Este guia, cuja leitura se recomenda durante o preenchimento do modelo de Relatório a seguir enunciado, indica nas suas páginas 5 e 6, que:
 - a alteração de planos de estudos e de outros elementos caracterizadores de um ciclo de estudos que não modifiquem os seus objetivos é aprovada pelos órgãos legal e estatutariamente competentes das instituições de ensino superior;
 - o início de funcionamento das alterações está sujeito a comunicação prévia à Direção-Geral do Ensino Superior;
 - **modificam os objetivos de um ciclo de estudos:**
 - a) a alteração da denominação, salvo se da nova denominação não resultar modificação do objecto do ciclo;
 - b) a alteração da(s) área(s) científica(s) predominante(s) do ciclo;
 - c) a alteração da duração do ciclo de estudos e/ou do número total de ECTS.

A comunicação das alterações realizadas é dirigida à DGES pela RUL, acompanhada de:

- a) descrição sumária das alterações;
- b) caracterização, estrutura curricular e plano de estudos do ciclo alterado.

Normas aplicáveis

- a. Artigos 75.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 107/2008, de 25 de junho, e 230/2009, de 14 de setembro, com a Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro.

FORMULÁRIO

A – Requerimento dirigido ao diretor-geral do ensino superior

(A ser preenchido pela Reitoria – informação confirmada telefonicamente a 18.01.2013 pelo Dr. António Correia, Coordenador do Núcleo de Acreditação da Reitoria)

B – Relatório descrevendo sumariamente as alterações introduzidas e as razões da sua introdução, e procedendo à sua tipificação e quantificação nos termos dos normativos legais em vigor:

1. Alteração da denominação do ciclo de estudos que não modifica o objeto do mesmo:

1.1 Denominação Anterior

1.2 Nova Denominação

2. Alteração das áreas científicas do curso (a alteração de áreas científicas predominantes não é abrangida por este procedimento)

2.1 Áreas científicas suprimidas

2.2 Áreas científicas acrescentadas

3. Alteração das unidades curriculares:

1	Número total de unidades curriculares antes da alteração	9
2	Número de unidades curriculares novas introduzidas	0
3	Número de unidades curriculares suprimidas	0
4	Número total de unidades curriculares depois da alteração	9
5	Número de unidades curriculares cujo número de horas de contacto foi alterado	0
6	Número de unidades curriculares cujo número de créditos foi alterado (se aplicável)	9
7	Número de unidades curriculares deslocadas entre anos ou semestres	0
8	Número de unidades curriculares cuja denominação foi alterada	1

4. Alteração das horas de contacto:

Número total de horas de contacto antes da alteração	320 TP
Número total de horas de contacto depois da alteração	320 TP

5. Nota sumária sobre as razões da introdução da alteração.

(Informação a ser indicada superiormente)

C - Estrutura curricular e plano de estudos com a situação decorrente das alterações, apresentados nos termos dos normativos legais em vigor

1. **Universidade de Lisboa**
2. **Faculdade/Instituto: Faculdade de Direito**
3. **Curso: Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses**
4. **Grau ou diploma: Mestre**
5. **Área científica predominante do curso: Direito**
6. **Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau: 120**
7. **Duração normal do curso: 4 semestres**
8. **Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável):**

-
9. **Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para obtenção do grau ou diploma**

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS
Direito	Dir.	105	15
TOTAL		105	15(1)

(1) Indicar o número de créditos das áreas científicas optativas, necessários para a obtenção do grau ou diploma.

NOTA: Este item é repetido tantas vezes quantas as necessárias para a descrição dos diferentes percursos alternativos (opções, ramos, etc.), caso existam, colocando em título a denominação do percurso.

10 - Observações

--

PLANO DE ESTUDOS
 Universidade de Lisboa
 Faculdade de Direito
 Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses
 Mestre
 Direito
 1.º e 2.º semestres

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Direito Processual Penal – II	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Registos e Notariado	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Justiça Constitucional	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Processual Civil – IV	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Contencioso Administrativo e Tributário	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Penal – IV	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Probatório	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Contencioso da União Europeia	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito dos Menores	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Contratos Públicos	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito da Insolvência	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito das Contra-Ordenações	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa

Universidade de Lisboa
 Faculdade de Direito
 Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses
 Mestre
 Direito
 3.º e 4.º semestres

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Dissertação	Dir.	Anual	1680	0	60	Obrigatória



UNIVERSIDADE DE LISBOA

REITORIA

Alteração de ciclos de estudos

Normas para a instrução de processos de alteração de ciclos de estudos

O processo relativo ao pedido de alteração de ciclos de estudos deverá ser instruído nos termos indicados na versão em uso do Guia Prático - Instrução de Processos Ciclos, disponibilizado no portal da DGES:

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/InstrucaoProcessos/CiclosEstudos/>

1. Este guia, cuja leitura se recomenda durante o preenchimento do modelo de Relatório a seguir enunciado, indica nas suas páginas 5 e 6, que:
 - a alteração de planos de estudos e de outros elementos caracterizadores de um ciclo de estudos que não modifiquem os seus objetivos é aprovada pelos órgãos legal e estatutariamente competentes das instituições de ensino superior;
 - o início de funcionamento das alterações está sujeito a comunicação prévia à Direção-Geral do Ensino Superior;
 - **modificam os objetivos de um ciclo de estudos:**
 - a) a alteração da denominação, salvo se da nova denominação não resultar modificação do objecto do ciclo;
 - b) a alteração da(s) área(s) científica(s) predominante(s) do ciclo;
 - c) a alteração da duração do ciclo de estudos e/ou do número total de ECTS.

A comunicação das alterações realizadas é dirigida à DGES pela RUL, acompanhada de:

- a) descrição sumária das alterações;
- b) caracterização, estrutura curricular e plano de estudos do ciclo alterado.

Normas aplicáveis

- a. Artigos 75.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 107/2008, de 25 de junho, e 230/2009, de 14 de setembro, com a Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro.

FORMULÁRIO

A – Requerimento dirigido ao diretor-geral do ensino superior

(A ser preenchido pela Reitoria – informação confirmada telefonicamente a 18.01.2013 pelo Dr. António Correia, Coordenador do Núcleo de Acreditação da Reitoria)

B – Relatório descrevendo sumariamente as alterações introduzidas e as razões da sua introdução, e procedendo à sua tipificação e quantificação nos termos dos normativos legais em vigor:

1. Alteração da denominação do ciclo de estudos que não modifica o objeto do mesmo:

1.1 Denominação Anterior

1.2 Nova Denominação

2. Alteração das áreas científicas do curso (a alteração de áreas científicas predominantes não é abrangida por este procedimento)

2.1 Áreas científicas suprimidas

2.2 Áreas científicas acrescentadas

3. Alteração das unidades curriculares:

1	Número total de unidades curriculares antes da alteração	9
2	Número de unidades curriculares novas introduzidas	0
3	Número de unidades curriculares suprimidas	0
4	Número total de unidades curriculares depois da alteração	9
5	Número de unidades curriculares cujo número de horas de contacto foi alterado	0
6	Número de unidades curriculares cujo número de créditos foi alterado (se aplicável)	9
7	Número de unidades curriculares deslocadas entre anos ou semestres	0
8	Número de unidades curriculares cuja denominação foi alterada	0

4. Alteração das horas de contacto:

Número total de horas de contacto antes da alteração	320 TP
Número total de horas de contacto depois da alteração	320 TP

5. Nota sumária sobre as razões da introdução da alteração.

(Informação a ser indicada superiormente)

C - Estrutura curricular e plano de estudos com a situação decorrente das alterações, apresentados nos termos dos normativos legais em vigor

1. **Universidade de Lisboa**
2. **Faculdade/Instituto: Faculdade de Direito**
3. **Curso: Mestrado em Direito Administrativo**
4. **Grau ou diploma: Mestre**
5. **Área científica predominante do curso: Direito**
6. **Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau: 120**
7. **Duração normal do curso: 4 semestres**
8. **Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável):**

-
9. **Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para obtenção do grau ou diploma**

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS
Direito	Dir.	90	30
TOTAL		90	30(1)

- (1)** Indicar o número de créditos das áreas científicas optativas, necessários para a obtenção do grau ou diploma.

NOTA: Este item é repetido tantas vezes quantas as necessárias para a descrição dos diferentes percursos alternativos (opções, ramos, etc.), caso existam, colocando em título a denominação do percurso.

10 - Observações

PLANO DE ESTUDOS
 Universidade de Lisboa
 Faculdade de Direito
 Mestrado em Direito Administrativo
 Mestre
 Direito
 1.º e 2.º semestres

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Ordenamento Administrativo	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Procedimento Administrativo	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Administrativo Europeu	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Contencioso Administrativo	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Privado da Administração Pública	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito das Autarquias Locais	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito de Polícia	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito da Contratação Pública	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Contencioso Comunitário	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa

Universidade de Lisboa
 Faculdade de Direito
 Mestrado em Direito Administrativo
 Mestre
 Direito
 3.º e 4.º semestres

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Dissertação	Dir.	Anual	1680	0	60	Obrigatória



UNIVERSIDADE DE LISBOA

REITORIA

Alteração de ciclos de estudos

Normas para a instrução de processos de alteração de ciclos de estudos

O processo relativo ao pedido de alteração de ciclos de estudos deverá ser instruído nos termos indicados na versão em uso do Guia Prático - Instrução de Processos Ciclos, disponibilizado no portal da DGES:

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/InstrucaoProcessos/CiclosEstudos/>

1. Este guia, cuja leitura se recomenda durante o preenchimento do modelo de Relatório a seguir enunciado, indica nas suas páginas 5 e 6, que:
 - a alteração de planos de estudos e de outros elementos caracterizadores de um ciclo de estudos que não modifiquem os seus objetivos é aprovada pelos órgãos legal e estatutariamente competentes das instituições de ensino superior;
 - o início de funcionamento das alterações está sujeito a comunicação prévia à Direção-Geral do Ensino Superior;
 - **modificam os objetivos de um ciclo de estudos:**
 - a) a alteração da denominação, salvo se da nova denominação não resultar modificação do objecto do ciclo;
 - b) a alteração da(s) área(s) científica(s) predominante(s) do ciclo;
 - c) a alteração da duração do ciclo de estudos e/ou do número total de ECTS.

A comunicação das alterações realizadas é dirigida à DGES pela RUL, acompanhada de:

- a) descrição sumária das alterações;
- b) caracterização, estrutura curricular e plano de estudos do ciclo alterado.

Normas aplicáveis

- a. Artigos 75.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 107/2008, de 25 de junho, e 230/2009, de 14 de setembro, com a Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro.

FORMULÁRIO

A – Requerimento dirigido ao diretor-geral do ensino superior

(A ser preenchido pela Reitoria – informação confirmada telefonicamente a 18.01.2013 pelo Dr. António Correia, Coordenador do Núcleo de Acreditação da Reitoria)

B – Relatório descrevendo sumariamente as alterações introduzidas e as razões da sua introdução, e procedendo à sua tipificação e quantificação nos termos dos normativos legais em vigor:

1. Alteração da denominação do ciclo de estudos que não modifica o objeto do mesmo:

1.1 Denominação Anterior

1.2 Nova Denominação

2. Alteração das áreas científicas do curso (a alteração de áreas científicas predominantes não é abrangida por este procedimento)

2.1 Áreas científicas suprimidas

2.2 Áreas científicas acrescentadas

3. Alteração das unidades curriculares:

1	Número total de unidades curriculares antes da alteração	9
2	Número de unidades curriculares novas introduzidas	0
3	Número de unidades curriculares suprimidas	0
4	Número total de unidades curriculares depois da alteração	9
5	Número de unidades curriculares cujo número de horas de contacto foi alterado	0
6	Número de unidades curriculares cujo número de créditos foi alterado (se aplicável)	9
7	Número de unidades curriculares deslocadas entre anos ou semestres	0
8	Número de unidades curriculares cuja denominação foi alterada	0

4. Alteração das horas de contacto:

Número total de horas de contacto antes da alteração	320 TP
Número total de horas de contacto depois da alteração	320 TP

5. Nota sumária sobre as razões da introdução da alteração.

(Informação a ser indicada superiormente)

C - Estrutura curricular e plano de estudos com a situação decorrente das alterações, apresentados nos termos dos normativos legais em vigor

1. **Universidade de Lisboa**
2. **Faculdade/Instituto: **Faculdade de Direito****
3. **Curso: **Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais****
4. **Grau ou diploma: **Mestre****
5. **Área científica predominante do curso: **Direito****
6. **Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau: **120****
7. **Duração normal do curso: **4 semestres****
8. **Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável):**

-
9. **Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para obtenção do grau ou diploma**

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS
Direito	Dir.	90	30
TOTAL		90	30(1)

- (1) Indicar o número de créditos das áreas científicas optativas, necessários para a obtenção do grau ou diploma.

NOTA: Este item é repetido tantas vezes quantas as necessárias para a descrição dos diferentes percursos alternativos (opções, ramos, etc.), caso existam, colocando em título a denominação do percurso.

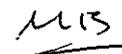
10 - Observações

PLANO DE ESTUDOS
 Universidade de Lisboa
 Faculdade de Direito
 Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais
 Mestre
 Direito
 1.º e 2.º semestres

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Direito das Nações Unidas	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
História das Relações Internacionais	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Internacional da Pessoa Humana	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Relações Internacionais	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Diplomático e Consular	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito Internacional do Mar	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito da Responsabilidade Internacional	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Organizações Internacionais	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Justiça Internacional	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa
Direito Internacional do Ambiente	Dir.	Semestral	210	40 TP	7,5	Optativa

Universidade de Lisboa
 Faculdade de Direito
 Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais
 Mestre
 Direito
 3.º e 4.º semestres

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Dissertação	Dir.	Anual	1680	0	60	Obrigatória



Parecer

Requer a PROFESSORA DOUTORA MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TAVEIRA SOUSA a avaliação da sua actividade como Professora Auxiliar desde 11 de Fevereiro de 2008, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio, e no artigo 35º do Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa, publicado no D.R., II Série, de 16 de Setembro de 2010.

No seu relatório, refere a Requerente sobretudo a actividade docente e as intervenções em júris de mestrado.

Durante o período a que o relatório se refere, desenvolveu a Requerente relevante actividade docente, que ultrapassou a área do Direito Penal, (área na qual realizou o seu doutoramento), já que assumiu a regência da disciplina de Direito da Família (Noite). Esta circunstância demonstra interesse por várias áreas científicas.

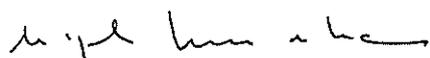
A Requerente revelou, igualmente, em várias arguições em provas de Mestrado, capacidade de análise rigorosa e profundidade na discussão de argumentos, o que é requisito da actividade académica ao mais alto nível.

Recentemente, publicou a Requerente duas obras na área do Direito Penal: uma sobre a matéria do homicídio e uma outra contendo algumas intervenções próprias em várias Pós-Graduações. Também recentemente, publicitou a Requerente uns tópicos, de carácter introdutório, na área Direito da Família. Estas publicações científicas – aliás, em diferentes estados de maturidade – revelam capacidade de trabalho e qualidade científica.

Assim, tendo também em consideração a qualidade da análise e o nível da sua preparação demonstrados pela Requerente, somos do parecer de que a mesma revela as condições científicas e pedagógicas bastantes e suficientes para o prosseguimento da actividade académica.

Lisboa, 23/1/2013

Os Professores Catedráticos



(Miguel Teixeira de Sousa)



(Maria Fernanda Palma)

Declaração de voto
(Reunião do Conselho Científico de 23/01/2013)

O conhecimento que tenho do conjunto da actividade exercida pela Senhora Profa. Doutora Margarida Silva Pereira nas disciplinas de Direito da Família, de Direito das Sucessões e de Direito dos Menores fez com que eu me pronuncie contra a sua nomeação definitiva.

Jorge Duarte Pinheiro



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

**GRADUAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONCURSO DE RECRUTAMENTO DE DOCENTES
PARA A
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DO ZAMBEZE
BEIRA - MOÇAMBIQUE (2013)**

1. Em reunião realizada no dia 17 de Janeiro de 2013, o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito de Lisboa reuniu-se para graduar os candidatos ao Concurso de Recrutamento de Docentes para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze para o ano de 2013.
2. O Instituto de Cooperação Jurídica teve em consideração as condições de preferência previstas no aviso de concurso. Ponderou-se:
3. 1.ª A prestação de serviço docente na Faculdade de Direito de Lisboa e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze e o desempenho dessas funções; 2.ª Conhecimento da realidade do país em causa; 3.ª A capacidade de integração no específico projeto de cooperação entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze; 4.ª A experiência docente; 5.ª Os graus académicos; 6.ª A classificação de licenciatura e mestrado; 7.ª O currículo científico; 8.ª A especialização na área científica das disciplinas a ministrar.
4. A graduação dos candidatos está sujeita a homologação pelo Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

5. A graduação dos candidatos ao concurso de recrutamento de Docentes para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze é a seguinte:

- 1ª Ana Catarina Sá Gomes de Melo Matos Salgado
- 2ª Paula de Castro Silveira
- 3ª Rita Sofia de Brito
- 4ª Pedro Miguel Barrambana Santos

Lisboa, 18 de Janeiro de 2013

O Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica

(Prof. Doutor Dário Moura Vicente)

O Vice-Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica

(Prof. Doutor Luís Morais)

A Vice-Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica

(Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

GRADUAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONCURSO DE RECRUTAMENTO DE DOCENTES

PARA A

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DO ZAMBEZE

BEIRA – MOÇAMBIQUE (2013)

1. Ana Catarina Sá Gomes de Melo Matos Salgado
2. Paula de Castro Silveira
3. Rita Sofia de Brito
4. Pedro Miguel Barrambana Santos

Lisboa, 18 de Janeiro de 2013

O Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica

(Prof. Doutor Dário Moura Vicente)